



Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória

TERMO DE COMPROMISSO Nº 800519 / 2013 - MA

O MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 06.082.820/0001-56, com sede PRAÇA DE SANTEON - 600-, CAXIAS-MA neste ato representado por LEONARDO BARROSO COUTINHO, prefeito, portador do CPF nº. 918.726.853-15 e do RG 1296513 SSP/PI compromete-se perante a União executar, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, a ação definida como integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos termos da Portaria MPOG nº 524, de 19 de dezembro 2013, descrita nos Anexos e no Plano de Trabalho.

Declara que os recursos necessários à composição da contrapartida estão assegurados na forma da LOA 2025/2012, de 14 de dezembro de 2012 deste MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, conforme cópias anexas.

SÃO LUIS / MA, 31 de dezembro de 2013

Assinatura do Representante Legal



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência
Obrigatória – Parte I

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 800519 / 2013 / MINISTÉRIO DAS CIDADES/ CAIXA
PROCESSO Nº 2654.1014424-06 / 2013

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE
SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO
PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO
DE CAXIAS - MA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE
AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO.

Pelo Termo de Compromisso nº 0 / 2013, as partes adiante nomeadas e qualificadas, têm, entre si, por intermédio, o repasse de recursos do Orçamento Geral da União a título de transferência obrigatória, assim como, a sua parte as Partes integrantes deste Termo de Compromisso e com a seguinte regulamentação em conformidade com as disposições contidas na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007 e na Portaria MPOG nº 524, de 19 de dezembro de 2013, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e as Diretrizes Orçamentárias vigente, nas diretrizes operacionais estabelecidas pelo MINISTÉRIO DAS CIDADES e no contrato, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o MINISTÉRIO DAS CIDADES e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais as partes, desde já, se sujeitam, na íntegra, a partir e seguir:

SIGNATÁRIOS
I – COMPROMITENTE – A União Federal, por intermédio do Concedente MINISTÉRIO DAS CIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa por ações de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1968 e instituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 20 de março de 2013, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operadora; nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por Antônio Naylor Nunes Silva, RG nº 193.511-SJSP/MA, CPF nº 324.633.613-1 e residente e domiciliado na Av. Pres. Juscelino, Q-21, C-03, Quintas do Cabau, São Luís/MA, conforme publicação lavrada às fls. 002/003, Livro 3008, em 01 de abril de 2013 do Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos em Brasília/DF, doravante denominada simplesmente COMPROMITENTE.
II – COMPROMISSÁRIO – O MUNICÍPIO DE CAXIAS - MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.050.820/0001-56, neste ato representado pelo respectivo prefeito, Sr. LEONARDO BARROSO COUTINHO, portador do RG nº 1296813 SSP/PI e CPF nº 918.726.853-15, residente e domiciliado na Rua Itapecuruzinho, 1 - Q-01 - Vilaça Caxias, Itapecuruzinho, Caxias/MA, doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO.
OBJETO DO ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA Implantação de pavimentação em diversas vias públicas nos bairros limítrofes ao centro do município de Caxias/MA
MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S) CAXIAS - MA.
CONDIÇÃO SUSPENSIVA Documentação: Técnica de engenharia. Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 03 (três) meses. Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01 mês.
DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA Recursos do Repasse da União R\$ 740.350,00 (setecentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta reais). Recursos da Contrapartida aportada pelo COMPROMISSÁRIO R\$ 34.650,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e

cinquenta reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais).

Nota de Empenho nº 013NE603662, emitida em 31/12/2013, no valor de R\$ 740.350,00 (setecentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta reais). Unidade Gestora 175004, Gestão 0001.

Programa de Trabalho: 1545120541D73 0001.

Natureza da Despesa: 44042.

Conta Corrente Vinculada do COMPROMISSÁRIO: 0028.006.00647193-7.

PRAZOS

Data da Assinatura do Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória e respectivas Partes: 31/12/2013.

Término da Vigência Contratual: 30/06/2015.

Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 20 dias contados da aprovação da prestação de contas pela COMPROMITENTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.

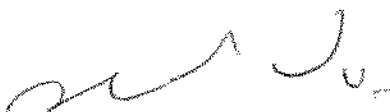
FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do MARANHÃO.

ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao COMPROMISSÁRIO: PRACA DO PANTEON - 600-, CAXIAS-MA.

Endereço para entrega de correspondências à COMPROMITENTE: R. NAZARE, 377 TERREO, CENTRO, SÃO LUIS - MA.



Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: ANTÔNIO NAYATON NUNES SILVA

CPF: 324.639.613-04

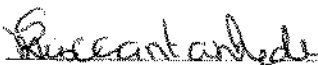


Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: LEONARDO BARROSO COUTINHO

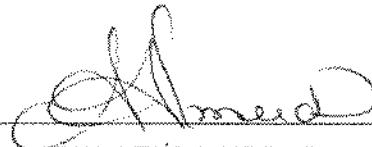
CPF: 918.726.853-15

Testemunhas



Nome: MARIA GLIS REIS COSTA
CANTANHEIDE

CPF: 042.265.803-03



Nome: PAULA TAÍS ALMEIDA E ALMEIDA

CPF: 603.041.903-06



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte II

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA Nº 800519/2013/MINISTERIO DAS
CIDADES/ CAIXA
PROCESSO Nº 2654.1014424-06 / 2013

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Termo de Compromisso, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I;
- b) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte II;
- b) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte III, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo COMPROMISSÁRIO de toda a documentação no prazo fixado no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I e à análise favorável pela COMPROMITENTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O COMPROMISSÁRIO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela COMPROMITENTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Termo de Compromisso, independente de notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Compromisso são obrigações das partes:

2.1 – DA COMPROMITENTE

- I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Termo de Compromisso, após atendimento dos requisitos pelo COMPROMISSÁRIO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho por os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da COMPROMITENTE;
- IV. transferir ao COMPROMISSÁRIO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- VII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Termo de Compromisso independente de autorização judicial;
- VIII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo COMPROMISSÁRIO, bem como

notificá-lo quanto da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

2.2 – DO COMPROMISSÁRIO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Termo de Compromisso e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, atualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. manter em agência da CAIXA conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso;
- IV. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Termo de Compromisso;
- V. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- VI. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à COMPROMITENTE sempre que houver alterações;
- VII. elaborar os produtos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Termo de Compromisso, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionários de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. compatibilizar o objeto do Termo de Compromisso com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- IX. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Compromisso, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- X. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela COMPROMITENTE ou pelos órgãos de controle;
- XI. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Termo de Compromisso;
- XII. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o detalhamento de sua composição;
- XIII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram a composição do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 e/ou a Súmula nº 268 do Tribunal de Contas da União;
- XIV. no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à COMPROMITENTE declaração firmada pelo representante legal do COMPROMISSÁRIO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XV. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente na forma eletrônica, devendo ser justificada pelo COMPROMISSÁRIO a impossibilidade de sua utilização;
- XVI. apresentar declaração assinada por representante legal do COMPROMISSÁRIO, ou registro no SICOPV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XVII. no caso da contratação de prestação de serviços, apresentar declaração expressa ou fornecer declaração assinada pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário ou em seu quadro de sócios, ou empregado em empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo esta de inteira responsabilidade e fiscalização dessa obrigação;
- XVIII. prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada nesta modalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- XIX. registrar no SICOPV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do projeto e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de licitação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos

- projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e de boletins de medições;
- XX. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
 - XXI. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Termo de Compromisso, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores aos arquivos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
 - XXII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao cumprimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 434, de 15 de março de 2010;
 - XXIII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do SIF ou gestão financeira do Termo de Compromisso, comunicando tal fato à COMPROMITENTE;
 - XXIV. apresentar à COMPROMITENTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Termo de Compromisso, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
 - XXV. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Termo de Compromisso prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
 - XXVI. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Compromisso, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
 - XXVII. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela COMPROMITENTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, mediante a notificação por meio eletrônico;
 - XXVIII. fornecer à COMPROMITENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
 - XXIX. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Termo de Compromisso, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do COMPROMITENTE e do Concedente, como antes participantes, obrigando-se o COMPROMISSÁRIO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
 - XXX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Termo de Compromisso, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
 - XXXI. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos a formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especiais do Termo de Compromisso e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
 - XXXII. prestar contas dos recursos transferidos pela COMPROMITENTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Termo de Compromisso;
 - XXXIII. propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a COMPROMITENTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
 - XXXIV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Compromisso, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
 - XXXV. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratada por consórcios públicos;
 - XXXVI. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Termo de Compromisso também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
 - XXXVII. comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes da transferência efetuada pela União, bem como promover adequadamente sua manutenção;
 - XXXVIII. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Termo de Compromisso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A COMPROMITENTE transferirá, ao COMPROMISSÁRIO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Termo de Compromisso de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O COMPROMISSÁRIO aportará, ao Termo de Compromisso, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no

la

sc

Termo de Compromisso de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta dos recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do COMPROMISSÁRIO destinados ao Termo de Compromisso, figurarão no Orçamento do COMPROMISSÁRIO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Termo de Compromisso terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do COMPROMISSÁRIO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Termo de Compromisso, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O COMPROMISSÁRIO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da COMPROMITENTE para o início da execução do objeto deste Termo de Compromisso.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da COMPROMITENTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de bloqueio dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela COMPROMITENTE, a execução física e a comprovação do aporte da contratada da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo COMPROMISSÁRIO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será realizada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes condicionada à aprovação pela COMPROMITENTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos na última parcela liberada.

5.2 – No caso de obra ou serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, a liberação dos recursos ocorrerá após a apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do Termo de Compromisso devidamente atestada para fiscalização do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Termo de Compromisso correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratados.

6.1 – A emissão do orçamento plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, observando-se o Termo de Compromisso mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, se ocorrer a liberação dos recursos, o Termo de Compromisso fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA



7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPT/G/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o COMPROMISSÁRIO incluirá no SICOMV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do termo de compromisso, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio COMPROMISSÁRIO, devendo ser registrado no SICOMV o beneficiário final da despesa:

a) por ato da autoridade máxima do Concedente;

b) na execução do objeto pelo COMPROMISSÁRIO por regime direto;

c) no ressarcimento ao COMPROMISSÁRIO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes da atuação na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Termo de Compromisso, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela COMPROMITENTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela COMPROMITENTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Termo de Compromisso, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Termo de Compromisso e sem expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização tiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo COMPROMISSÁRIO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o COMPROMISSÁRIO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICOMV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

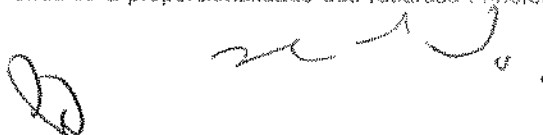
7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito no Termo de Compromisso para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentas e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o COMPROMISSÁRIO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela COMPROMITENTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da



contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos foram utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- e) quando ocorrer utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver imputação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permanecerem na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do COMPROMISSÁRIO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução de totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.4 – Para aplicação dos casos 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela COMPROMITENTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7 alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos operacionais eventualmente utilizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na cobrança da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) ao mês de contagem da devolução dos recursos a Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Além do prazo previsto no item anterior, caso haja recursos que permanecerem sem desbloqueio em favor do COMPROMISSÁRIO, estes serão imediatamente devolvidos pela COMPROMITENTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos de atraso ou de força maior que impeçam o COMPROMISSÁRIO de prestar contas dos recursos recebidos e aportados, incluindo a prestação de documentos e justificativas, a serem entregues à COMPROMITENTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA Oitava – DOS RECURSOS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens, recursos e valores aportados no Termo de Compromisso serão de propriedade do COMPROMISSÁRIO, quando do seu término, desde que tenham sido destinados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA Nona – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente e a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à COMPROMITENTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas ao local, com o propósito de acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Termo de Compromisso, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e do COMPROMITENTE, promover a fiscalização financeira das atividades referentes ao Termo de Compromisso, bem como, conservar, em caráter hipotecário, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua cessação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o COMPROMISSÁRIO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da COMPROMITENTE, tendo como contrapartida a apropriação no passivo financeiro, com subcontas identificando o Termo de Compromisso e a especificação da despesa, nos termos do Artigo 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do COMPROMISSÁRIO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Termo de Compromisso, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que tiverem origem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Termo de Compromisso.

10.1.1 – O COMPROMISSÁRIO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à COMPROMITENTE sempre que houver solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à COMPROMITENTE nas condições fixadas no Termo de Compromisso.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a COMPROMITENTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou encaminhamento dos recursos, incluindo os comprovantes de aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o COMPROMISSÁRIO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos em prazo anterior, ao término do prazo estabelecido, a COMPROMITENTE registrará a inadimplência no SICOMV por emissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes do Termo de Compromisso firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à COMPROMITENTE e no SICOMV, documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resgate do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o atual administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O COMPROMISSÁRIO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela COMPROMITENTE, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de qualquer natureza do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA



13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do COMPROMISSÁRIO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 16 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a COMPROMITENTE, e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento promissório, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela COMPROMITENTE, durante o período de execução da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da COMPROMITENTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação da COMPROMITENTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciará-se na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes do Plano de Compromisso, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da COMPROMITENTE, sendo da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Termo de Compromisso poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios educacionais, no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2001 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Termo de Compromisso o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela COMPROMITENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falacidade ou inopreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Termo de Compromisso, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

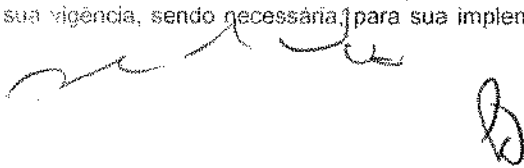
CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de processo do COMPROMISSÁRIO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, a qual se encontra sob a restrição liminar concedida nos termos especificados no Termo de Compromisso, a qual autorizou a celebração deste Instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Termo de Compromisso, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao COMPROMISSÁRIO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente Termo e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA-OCTAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso de necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, durante o prazo de vigência fixado no Termo de Compromisso, será feita por meio de Termo Aditivo e será aprovada pelo COMPROMISSÁRIO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a



aprovação da COMPROMITENTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Termo de Compromisso, em decorrência da situação de liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida "de ofício" pela COMPROMITENTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicação ao COMPROMISSÁRIO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Termo de Compromisso será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unânime e exclusiva do Conselho de Administração.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Termo de Compromisso, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela COMPROMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Termo de Compromisso deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telex, telegrama ou fax, nos endereços visados no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20 – Fica eleito o foro descrito no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, em duas vias, das quais cada uma das partes ficará com uma cópia, que terão o mesmo valor do original.

SÃO LUIS / MA , 31 de dezembro de 2013

Local/data



Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: ANTÔNIO NAYRTON NUNES SILVA

CPF: 324.839.613-04



Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: LEONARDO BARROS COUTINHO

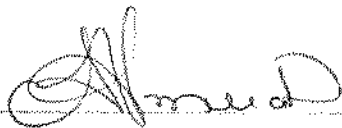
CPF: 918.726.853-15

Testemunhas



Nome: MARIA DOS REIS COSTA CANTANHEDE

CPF: 042.265.803-03



Nome: PAULA TAÍS ALMEIDA ALMEIDA

CPF: 603.041.910-08



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência
Obrigatória -- Parte III

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 800519 / 2013 / MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA
PROCESSO Nº 2854 / 2013-06 / 2013

MINISTÉRIO DAS CIDADES

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério das Cidades, o COMPROMISSÁRIO deve:

- transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- estar ciente de que a não conformação do COMPROMISSÁRIO do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a devolução dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Risco Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- estar ciente de que a não regularização da parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação e concessão realizada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por parte do contratante;
- prever nos contratos de Insumos (CTEF) que tenham como objeto a supervisão, fiscalização e gerenciamento do objeto pactuado, no âmbito do compromisso, cláusula específica que permita diminuição ou supressão da remuneração em caso de atrasos injustificados, enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente.

SÃO LUIS / MA, 31 de dezembro de 2013
Local/data

Assinatura do COMPROMISSÁRIO
Nome: ANTONIO DE CARVALHO SILVA
CPF: 324.871.183-0

Assinatura do COMPROMISSÁRIO
Nome: LEONARDO BARROSO COUTINHO
CPF: 918.726.853-15

Testemunhas

Nome: MARIA DO CARMO CANTANHEDE
CANTANHEDE
CPF: 048.260.008-7

Nome: PAULA TAÍS ALMEIDA E ALMEIDA
CPF: 603.041.903-06



cidade MARIÁ, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO. Programa: MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUÁRIO - SEMENTE AQUISIÇÃO. Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 13/098, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 200802014202V0021, NE 2013NE001718, de 30/08/2013 e R\$ 12.500,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E RAPHAEL MESQUITA BRASIL.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1014413-78, firmado pelo município de BURIPI BRAVO, CNPJ 06.052.138/0001-10, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DE VIAS URBANAS NA RDE DO MUNICÍPIO DE BURIPI BRAVO. Programa: MUD-PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 390.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001656, de 31/12/2013. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E CINDY PEREIRA DA COSTA.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1012490-78, firmado pelo município de BURITIRANA, CNPJ 06.601.303/0001-22, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: CONSTRUÇÃO DO PARQUE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE BURITIRANA. Programa: ATUAR INFRAESTRUTURA URBANA. Valor: R\$ 300.000,00; dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 540607, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 23695207610V0001, NE 2013NE001414, de 23/12/2013 e R\$ 12.500,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E VAGTÔNIO BRANDÃO DOS SANTOS.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1014425-33, firmado pelo município de CAXIAS, CNPJ 06.092.820/0001-36, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: IMPLANTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PÚBLICAS NOS BAIROS LIMIÇÕES AO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS. Programa: MUD-PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 754.050,00; dos recursos: R\$ 759.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001664, de 31/12/2013 e R\$ 34.650,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E LEONARDO BARBOSA COELHO.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1014424-06, firmado pelo município de CAXIAS, CNPJ 06.092.820/0001-36, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS NOS BAIROS LIMIÇÕES AO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS. Programa: MUD-PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 754.050,00; dos recursos: R\$ 759.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001664, de 31/12/2013 e R\$ 34.650,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E LEONARDO BARBOSA COELHO.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1005816-20, firmado pelo município de DOM PEDRO, CNPJ 06.137.293/0001-30, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRO. Programa: MUD-PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 5.000,00; dos recursos: R\$ 1.482.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001664, de 30/08/2013 e R\$ 32.900,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E HERMANO DIAS DE MACEDO.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1010003-44, firmado pelo município de DOM PEDRO, CNPJ 06.137.293/0001-30, junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRO. Programa: MDE ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER. Valor: R\$ 497.450,00; dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 130806, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 2781220354500015, NE 2013NE001301, de 11/12/2013 e R\$ 9.950,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E HERMANO DIAS DE MACEDO.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1017643-33, firmado pelo município de DQUEI BACELAR, CNPJ 06.314.479/0001-75, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: CONSTRUÇÃO DE PORTA DE ESTRADA NO MUNICÍPIO DE DQUEI BACELAR. Programa: ATUAR INFRAESTRUTURA URBANA. Valor: R\$ 265.300,00; dos recursos: R\$ 273.231,96, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 560907, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 23695207610V0001, NE 2013NE001515, de 26/12/2013 e R\$ 7.954,44, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E FRANCISCO FRAZIO LIMA FERREDO.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1009046-55, firmado SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO, CNPJ 05.025.583/0001-12, ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ 06.334.468/0001-60, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agric, Pecuária e Abastecimento MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR AO CONJUNTO MARANHÃO EM PAÇO DO LEMAR. Programa: MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUÁRIO. Valor: R\$ 1.072.300,00; dos recursos: R\$ 975.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 135098, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 200802014202V0021, NE 2013NE001719, de 29/11/2013 e R\$ 97.500,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E RAIMUNDO COELHO DE SOUSA, RAIMUNDO COELHO DE SOUSA.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1014427-11, firmado SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO, CNPJ 05.025.583/0001-12, ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ 06.334.468/0001-60, junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agric, Pecuária e Abastecimento MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) PATRULHAS AGRÍCOLAS. Programa: MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUÁRIO. Valor: R\$ 2.267.750,00; dos recursos: R\$ 2.037.750,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 135098, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 200802014202V0021, NE 2013NE001261, de 31/12/2013 e R\$ 230.000,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E RAIMUNDO COELHO DE SOUSA, RAIMUNDO COELHO DE SOUSA.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1006713-99, firmado pelo município de CURURUPÁ, CNPJ 06.331.010/0001-12, junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE CURURUPÁ. Programa: MDE ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER. Valor: R\$ 994.900,00; dos recursos: R\$ 975.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 130806, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 2781220354500015, NE 2013NE001301, de 08/11/2013 e R\$ 0.900,00, de contrapartida. Vigência 30/06/2015 - Data e assinatura: 31/12/2013. ANTONIO NAYRTON NUNES SILVA E MARIA TERESA TROVÃO MILRADO.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE SÃO PAULO - SP

EXTRATOS DE COMPROMISSOS

Espécie - Termo de Compromisso nº 1013163-23/2013, firmado pelo Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Preto, CNPJ 06.522.967/0001-74, junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: Passagem Assistida da Avenida Valdirio Pessoa - Antiga Avenida Brasil, Programa: Passagem ao Urbano - Valor: R\$ 2.541.082,40; dos recursos: R\$ 6.921.600,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001664, de 31/12/2013 e R\$ 619.502,40, de contrapartida. Vigência 31/01/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, Evandro Coelho da Silva e Saulo Maria Beneditos.

Espécie - Termo de Compromisso nº 1013270-23/2013, firmado pelo Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Preto, CNPJ 06.522.967/0001-74, junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04. Objeto: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Teleférico Cidade Encantada: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. Valor: R\$ 10.597.826,00; dos recursos: R\$ 7.500.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 540607, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 23695207610V0001, NE 2013NE001595, de 30/12/2013, e R\$ 347.826,00, de contrapartida. Vigência 01/07/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, Evandro Coelho da Silva e Saulo Maria Beneditos.

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratos de Repasse celebrados entre a União Federal, por meio desta Gestor(es) abaixo identificada(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04 e os seguintes contratado(s):

MUNICÍPIOS E MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO - SP. CNPJ 46.523.155/0001-03; CTR 1010659-83 / 2013 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA; Objeto: Respeçoamento Assistido da Avenida 31 de março; Programa: MUD-PLANEJAMENTO URBANO; Valor: R\$ 303.888,24; dos recursos: R\$ 295.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE0012711, de 09/12/2013 e R\$ 8.888,24 a conta de contrapartida. Vigência 12/12/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, LUCIA HELENA DA SILVA e FRANCISCO DE ARAUJO MELO.

ME / MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO - SP. CNPJ 46.523.155/0001-03; CTR 1010659-83 / 2013 / MINISTÉRIO DO ESPORTE / CAIXA; Objeto: Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva; Programa: MDE ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER; Valor: R\$ 300.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 130806, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 2781220354500015, NE 2013NE001377, de 11/12/2013 e R\$ 7.500,00 a conta de contrapartida. Vigência 09/11/2014 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, LUCIA HELENA DA SILVA e FRANCISCO DE ARAUJO MELO.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE SOROCABA - SP

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratos de Repasse ou Contratos de Transferência celebrados entre a União Federal, por meio desta Gestor(es) abaixo identificada(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04 e os seguintes contratado(s):

MUNICÍPIOS E MUNICÍPIO DE TATUI - SP. CNPJ 46.614.564/0001-87; IC 799792 / 2013 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA; Objeto: Obras integradas de Realização Urbana com Implantação, reforma e adaptação de espaços de lazer públicos nas áreas públicas; Programa: MUD-PLANEJ URBANO - OBRAS DE LAZER REABILIT URBANO; Valor: R\$ 265.500,00; dos recursos: R\$ 248.850,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001274, de 31/12/2013 e R\$ 20.000,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, SANDRO VIEIRA LENTINI, JOSÉ MANOEL CORRÊA COELHO.

Contratos de Repasse ou Contratos de Transferência celebrados entre a União Federal, por meio desta Gestor(es) abaixo identificada(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04 e os seguintes contratado(s):

MUNICÍPIOS DE ITÉTE - SP. CNPJ 46.614.564/0001-71; IC 799792/2013; MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto: APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DEBORA HELENE SP; Programa: APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA; Valor: R\$ 4.297.485,94; dos recursos: R\$ 4.211.936,22, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 540607, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 23695207610V0001, NE 2013NE001604, de 30/12/2013 e R\$ 85.949,72 a conta de contrapartida. Vigência 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, SANDRO VIEIRA VALENTINI e MARCELO DAVID KORN DE CARVALHO.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TERESINA - PI

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratos de Repasse celebrados entre a União Federal, por meio desta Gestor abaixo identificada, representado pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 06.366.305/0001-04 e os seguintes contratado(s):

MUNICÍPIOS DE TERESINA - PI. CNPJ 06.614.935/0001-04; Termo de Compromisso nº 790768 2013/31/13; BARRIO/CAIXA; Processo: 2655.10977301-20/2013; Portaria MPMO/324-2013 Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE TAMBUIÁ. Programa: PLANEJAMENTO URBANO; Valor: R\$ 301.400,00; dos recursos: R\$ 295.300,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 175004, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 15451205410230021, NE 2013NE001217, de 14/11/2013, e R\$ 6.100,00 a conta de contrapartida. Vigência: 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013. EMANUEL VELLOSO FILHO e BENJAMIM VALENTE FERREZ.

MAPA/PI. CNPJ 06.366.305/0001-04; Termo de Compromisso nº 790773 2013/31/13; Portaria MPMO/324-2013 Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PIATU. Programa: PRODESA; Valor: R\$ 1.094.307,76; Dos recursos: R\$ 1.072.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 135098, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 200802014202V0021, NE 2013NE001530, de 30/12/2013, e R\$ 21.807,76 a conta de contrapartida. Vigência: 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013. EMANUEL DO BONFIM VELLOSO FILHO e ARINALDO ANTONIO LEAL.

MUNICÍPIOS DE PIATU/PI. CNPJ 06.612.261/0001-26. Termo de Compromisso nº 799555 2013/31/13; Portaria MPMO/324-2013 Objeto: PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CARAJAS DO PIATU. Programa: TURISMO; Valor: R\$ 303.547,00; Dos recursos: R\$ 292.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 540607, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 23695207610V0001, NE 2013NE001615, de 31/12/2013, e R\$ 9.047,00 a conta de contrapartida. Vigência: 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013. EMANUEL DO BONFIM VELLOSO FILHO e MANOEL PACHECO NETO.

MAPAREDECUÇÃO DO GURUEIA/PI. CNPJ 06.254.180/0001-92; Termo de Compromisso nº 798798/2013/31/13; Portaria MPMO/324-2013 Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO GURUEIA. Programa: PRODESA; Valor: R\$ 173.000,00; Dos recursos: R\$ 165.750,00, correção à conta da União no exercício de 2013, LG: 135098, Gestão 00/001, Programa de Trabalho: 200802014202V0021, NE 2013NE02056, de 27/12/2013, e R\$ 7.250,00 a conta de contrapartida. Vigência: 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013, EVANDRO COELHO DA SILVA e SAULO MARIA BENEDITOS.